

**ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL NO PROCESSO DE ACCOUNTABILITY: UM ESTUDO
NAS IGREJAS CATÓLICAS DA ARQUIDIOCESE DE NATAL/RN***

**ACCOUNTABILITY ACCOUNTING SCRIPTURE: A STUDY IN THE CATHOLIC
CHURCHES OF CHRISTMAS ARCHDIOCESE / RN**

Tarso Rocha Lula Pereira**
Andréa Marques Freire***
Renata Paes de Barros Camara****

RESUMO: Este estudo aborda a temática relacionada ao Terceiro Setor, tendo como objetivo geral verificar se as paróquias da Arquidiocese de Natal/RN atendem ao *accountability* necessário, analisando se suas prestações de contas apresentadas estão estruturadas de acordo com a Interpretação Técnica Geral – ITG 2000 (R1) – Escrituração contábil, buscando dar destaque à base que alicerça o tema de potencial relevância no contexto acadêmico, organizacional e social, a escrituração contábil, especificadamente, das entidades sem fins lucrativos. Metodologicamente, este estudo assume a forma de pesquisa exploratória, bibliográfica e documental, de natureza qualitativa e quantitativa e a análise dos dados da pesquisa foi realizada com o auxílio da estatística descritiva. Foi utilizado o site da Arquidiocese de Natal/RN e realizou-se visita in loco ao departamento de contabilidade da Cúria Metropolitana para obter as informações das organizações religiosas que nortearam os resultados deste estudo. Os

* Artigo recebido em: 14.09.2017

Artigo aceito em: 11.12.2017

** Atua na área de Ciências Contábeis como professor e como analista contábil. <http://lattes.cnpq.br/9055140055048350>. E-mail: prof_tarso_rocha@yahoo.com.br.

*** Mestre pelo Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - UnB/UFRN/UFPB, (2015), especialista Lato Sensu em Controladoria e Finanças pela Escola Superior Aberta do Brasil (2012) e graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2009). Professora do Centro Universitário Facex e servidora pública municipal de Natal/RN, com experiência na área de Administração. <http://lattes.cnpq.br/7361853375303477>. Email: andreamfreire@outlook.com.

**** Doutora em Engenharia Mecânica pela Escola de Engenharia Mecânica de São Carlos - USP(2008), Mestre em Administração pelo Centro Universitário de Franca (2000). Possui ainda graduação em Administração de Empresas pela Universidade de Ribeirão Preto (1984), graduação em Ciências Contábeis - Instituição Moura Lacerda (1994) e Pós graduação Lato Sensu em Controladoria Contábil. Atualmente é Pró Reitora Adjunta de Planejamento - Coordenadora de Orçamento da Universidade Federal da Paraíba. Professora Associada I e docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - PPGCC/UFPB e do Programa Multiinstitucional e Inter- Regional de Pós Graduação em Ciências Contábeis UnB - UFPB - UFRN. Tem larga experiência em Perícia Judicial contábil/financeira e na área de Administração, com ênfase na área financeira e contábil, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão financeira, custos ambientais, eco eficiência, empresa familiar, sucessão e seus custos. <http://lattes.cnpq.br/8224638490191737>. E-mail: rpbcamara@gmail.com.



dados coletados foram tabulados utilizando o software Excel. Os resultados apontam que a forma como a escrituração foi realizada no

período analisado demonstra que os responsáveis pela escrituração auxiliar não seguem as exigências estabelecidas na ITG 2000 (R1) – escrituração contábil, e os registros foram lançados sem atender a maioria dos critérios e procedimentos estabelecidos para a escrituração contábil.

Palavras Chave: Escrituração Contábil. Prestação de Contas. Igreja Católica.

ABSTRACT: The current study approaches the Third Sector theme and its general aim is to verify whether the parish churches of the Archdiocese of Natal/RN comply with the necessary accountability thus analyzing whether their presented financial statements are structured according to the General Technical Interpretation– ITG 2000 (R1) – Bookkeeping, aiming to emphasize the basis which supports the theme of potential relevance in the academic, organizational and social context, specially bookkeeping in non-profitable organizations. Methodologically the study is shaped as an exploratory, bibliographical and documental research with both qualitative and quantitative nature and also de analysis of data was performed through descriptive statistics. The website of the Archdiocese of Natal/RN was used and also an in loco visitation to the accountancy department of the Metropolitan Curia in order to obtain the information of the religious organizations which orientated the results of the study. The collected data were tabulated using the Excel software. The results point that the manner in which the bookkeeping was performed in the analyzed period demonstrates that the ones in charge of the auxiliary bookkeeping do not follow the demands established in the ITG 2000 (R1) – bookkeeping, and the records were made without attending most of the criteria and procedures established for bookkeeping.

Key Words: Bookkeeping. Accountability. Catholic Church.

INTRODUÇÃO

O Estado brasileiro não vem conseguindo atender plenamente suas demandas sociais, neste sentido o Terceiro Setor brasileiro vem se expandindo, procurando preencher as lacunas existentes na promoção do bem-estar social. “A ineficiência do Poder Público desperta na sociedade a busca por soluções privadas para



problemas públicos”.¹

Para Falconer², o surgimento do Terceiro Setor não é algo novo. O autor ressalta que se tem, no Brasil, o exemplo da atuação das Santas Casas de Misericórdia que, por meio da Igreja Católica, colaboraram para a formação desse setor em nível nacional.

Ramos³ acrescenta afirmando que o Terceiro Setor brasileiro foi construído com o avanço das entidades vinculadas às igrejas numa tentativa de contribuir para o resgate da cidadania dos grupos desfavorecidos e a organização das comunidades.

A participação da Igreja Católica na origem do Terceiro Setor brasileiro também é reconhecida pelos autores Ebsen e Laffin⁴. Para esses autores, as atuais entidades do Terceiro Setor são dotadas de uma configuração que advém de crenças e valores das instituições religiosas, de suas ações assistenciais nas confrarias, ordens e irmandades.

As entidades sem fins lucrativos, como empresas, necessitam de uma fonte de recursos que subsidie sua existência e continuidade. Enquanto a principal fonte de receita do Estado é a tributação sobre as atividades das pessoas físicas e jurídicas⁵ e a do segundo setor, caracterizado pelo mercado, é o lucro obtido em suas operações, através da venda de seus produtos e serviços⁶.

Colombelli, Muraro e Santos⁷ afirmam que, entre as principais fontes de recursos das entidades do Terceiro Setor, estão as contribuições, doações e subvenções do governo. O patrimônio dessas entidades pertence à sociedade, e não a seus membros e, portanto, estas devem se revestir do atributo da transparência.

Com o objetivo de mostrarem-se eticamente e moralmente responsáveis, as Organizações Sem Fins Lucrativos priorizam prestar contas além da exigibilidade legal, estabelecendo, assim, uma posição de espontaneidade e sendo transparentes nos seus processos de divulgação das informações contábeis à comunidade. Assim,

¹ LENGLER, F. R.; CRUZ, R. L. C.; JACOBSEN, A. L. Captação de Recursos pelo Terceiro Setor: a Importância de um Intermediário como Canal de Comunicação entre Doador e Tomador. Vianna Sapiens, Juiz de Fora v. 1 n. 1. Abr. 2010. ISSN 2177 3726.

² FALCONER, A. P. A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

³ RAMOS, G. C. Terceiro Setor: a construção de uma economia da solidariedade. Revista Gerenciais. São Paulo, v. 2, p. 105-111. Setembro, 2003.

⁴ EBSEN, K. S.; LAFFIN M. Terceiro Setor e Contabilidade: compilações de uma pesquisa. Revista Contemporânea de Contabilidade. a. 01 v. 01 n. 01 jan./jun. 2004 p. 11-28.

⁵ ARAÚJO, O. C. Contabilidade para Organizações do Terceiro Setor. São Paulo: Atlas, 2009.

⁶ MARION, J. C. Contabilidade básica. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

⁷ COLOMBELLI, C.; MURARO, M.; SANTOS, S. R. T. O impacto da lei No 12.101/2009 na apresentação das demonstrações contábeis das Apaes/RS. Teoria e Evidência Econômica - Ano 18, n. 38, p. 121-143, jan./jun. 2012.



fazem uso da evidenciação voluntária, através da prestação de contas, como forma de mostrarem-se eticamente responsáveis com a sociedade.⁸

Para tanto, as organizações, através da transparência e da prestação de contas, utilizam-se das informações contábeis a fim de evidenciar as situações econômica e financeira aos seus usuários. Com o aumento da visibilidade de entidades do Terceiro Setor, emerge, portanto, a necessidade de aprimoramento da informação demonstrada⁹.

A igreja católica, após os escândalos envolvendo o *Istituto per le Opere di Religione* (IOR - Banco do Vaticano) com lavagem de dinheiro e corrupção, iniciou uma fase de transparência de suas atividades financeiras, e em 2012 publicou seu primeiro relatório financeiro. Em que os termos transparência e prestação de contas tem sido defendido por representar um marco nas relações da igreja católica com o mundo.

A contabilidade tem como um de seus principais objetivos, além do controle e da mensuração do patrimônio de uma entidade, a divulgação de informações relevantes aos seus usuários.¹⁰ Essas informações devem, entre outras premissas, ser capazes de representar, de maneira fidedigna, a realidade da entidade. E a contabilidade possui ferramentas que demonstram as origens dos recursos e como eles foram aplicados, facilitando, assim, os aspectos da transparência e da *accountability*¹¹.

Desta forma, as instituições religiosas fazem uso das ferramentas contábeis para a transparência na prestação de contas.

A prestação de contas apresentada pela organização aos usuários é baseada nas informações advindas da escrituração contábil. Para tanto, os registros contábeis devem ser elaborados de forma segregada e com um nível de detalhamento alinhado às necessidades dos usuários em geral¹².

⁸ CARNEIRO, A. F.; OLIVEIRA, D. L.; TORRES, L.C. Accountability e Prestação de Contas das Organizações do Terceiro Setor: Uma Abordagem à Relevância da Contabilidade. Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jul/dez 2011. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufrrj/article/viewFile/1206/1142>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

⁹ ROCHAEL, D. Organizações do terceiro setor: uma abordagem comparativa de critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidenciação brasileiros, estadunidenses e internacionais. Brasília, 2009. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Multi- institucional e Interregional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFRN.

¹⁰ LIMA et al., 2012. Aspectos qualitativos da informação contábil: uma revisão analítica acerca da qualidade informacional introduzida a partir dos normativos contábeis estabelecidos pelo CPC, IASB E FASB. GETEC, v. 2, n. 4, p. 01-24/2012.

¹¹ CARNEIRO, A. F.; OLIVEIRA, D. L.; TORRES, L.C. Accountability e Prestação de Contas das Organizações do Terceiro Setor: Uma Abordagem à Relevância da Contabilidade. Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jul/dez 2011. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufrrj/article/viewFile/1206/1142>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

¹² CRCPR. CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ. Práticas contábeis aplicadas: às PME, ME, EPP e entidades sem fins lucrativos. Curitiba: CRCPR, 2013. Disponível em: <http://www.crcpr.org.br/new/content/download/2014_02_05_praticas_contabeis_pme.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2014.



Assim, a questão de pesquisa que se apresenta é: Qual o *accountability* apresentado pelas paróquias da Arquidiocese de Natal/RN?

Houve uma pesquisa realizada¹³, em uma Igreja de São Paulo sobre a percepção em relação a sua prestação de contas. Foi constatado que a sua prestação de contas (*accountability*) é ótima, transparente e que possui credibilidade, constatações que podem ou não se confirmar em Natal/RN.

Assim, este trabalho aborda a temática relacionada ao terceiro setor, tendo como objetivo geral analisar as prestações de contas das paróquias da Arquidiocese de Natal/RN, como objetivo específico de verificar se suas demonstrações são elaboradas de acordo com a Resolução CFC 1.330/11 – Interpretação Técnica Geral – ITG 2000 (R1) – Escrituração contábil.

O estudo será realizado analisando-se os demonstrativos financeiros de caixa que são elaborados pela administração paroquial como forma de escrituração contábil auxiliar para subsidiar a contabilidade centralizada na Arquidiocese, como também, é utilizado para demonstrar a sua prestação de contas à comunidade.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Araújo¹⁴, o primeiro, o segundo e o terceiro setores brasileiros fazem movimentar a economia e trabalham na evolução da sociedade. O Primeiro Setor, representado pelo Estado, o Segundo Setor, representado pelas empresas privadas, e, para completar a tríade setorial, tem-se o Terceiro Setor, cuja existência é incontestável, mas que ainda não possui consenso de suas classificação e definição por parte de alguns estudiosos.

Olak e Nascimento¹⁵ assim o definem: “Ser Terceiro Setor significa participar de um terceiro segmento, além do Estado e do mercado”.

Para Oliveira e Romão¹⁶, o Terceiro Setor é uma junção do primeiro e do segundo setores, composto por organizações que visam benefícios coletivos, embora não façam parte do governo.

IPB¹⁷, acredita-se que os entes que compõem o Terceiro Setor estão

¹³ MATTIELLO, K. et al. A percepção dos membros de uma igreja da região Sudoeste do Estado de São Paulo sobre a prestação de contas. Congresso Internacional de Administração. 2016. Natal, RN.

¹⁴ ARAÚJO, O. C. Contabilidade para Organizações do Terceiro Setor. São Paulo: Atlas, 2009.

¹⁵ OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. do. Contabilidade para Entidades sem Fins Lucrativos (Terceiro setor). 3 ed. São Paulo, Atlas, 2010.

¹⁶ OLIVEIRA, A.; ROMÃO, V. Manual do terceiro setor e instituições religiosas: trabalhista, previdenciária, contábil e fiscal. São Paulo: Atlas, 2006.

¹⁷ IPB. Instituto Pro Bono: responsabilidade social no direito. Manual do Terceiro Setor.



situados entre os setores estatal (Primeiro Setor) e empresarial (Segundo Setor).

Figura 01 - A Tríade entre o Estado, o Mercado e o Terceiro Setor



Fonte: Fonseca, 2000.

O Terceiro Setor não participa nem do primeiro e nem do segundo setores e não existe um consenso no que se refere à expressão a ser adotada quando do tratamento para esse tipo de organização, a qual pode ser denominada de Terceiro Setor, Organização Não Governamental, Organização da Sociedade Civil, Organização Sem Fins Lucrativos, Organização Filantrópica, Organização Social, entre outros.

Caracterizar apenas como instituições “sem fins lucrativos” as instituições que fazem muito mais que cuidar de necessidades específicas e suplementar programas governamentais expressa apenas o que essas instituições não apresentam (fins lucrativos). Dessa forma, a nomenclatura deixa de transparecer o fato de que elas são vitais para a sociedade e existem para fazer diferença no meio social e na vida dos indivíduos.

As instituições sem fins lucrativos são agentes que provocam mudanças sociais: seu “produto” é um paciente curado, uma criança que aprende, um jovem que se transforma em um adulto com respeito próprio, isto é, toda uma vida transformada¹⁸.

O Estado brasileiro ressalta a importância da Igreja Católica na construção de uma sociedade mais justa, pacífica e fraterna e da sua responsabilidade no serviço do bem-estar social realizado por meio de suas ações religiosas, assistenciais e de solidariedade social (DECRETO Nº 7.107/2010). A ação social, além de estar vinculada à caridade cristã, também se faz presente nas normas estabelecidas pelo Conselho para Assuntos Econômicos (CAEP).

Disponível em:< <http://www.probono.org.br/arquivos/file/manualterceirosetor.pdf>> Acesso em: 05 de nov. 2014.

¹⁸ DRUCKER, P. F. Administração de Organizações sem Fins Lucrativos: princípios e práticas. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.



O CAEP estabelece que, dos rendimentos paroquiais, seja destinada uma parte para o atendimento aos pobres e para a manutenção das obras de piedade e caridade cristã.

As instituições religiosas católicas realizam suas atividades de cunho social através das pastorais sociais, com “ações concretas no campo social, enfrentando as situações em que a vida encontra-se ameaçada pela falta de solidariedade, em que a dignidade é negada, as competências públicas não atuam” [...] (CNBB, 2008: 30).

Dessa forma, assiste a segmentos da população carente nos mais diversos aspectos da necessidade humana. Por exemplo, as Pastorais Sociais, que representam significativa participação na construção de uma sociedade justa e solidária. O trabalho nas pastorais tem por objetivo acolher e acompanhar as pessoas atingidas por doenças, miséria, preconceito, exploração, dominação e violência. As ações assistenciais da Igreja Católica são realizadas através das pastorais sociais, que visaram, quando da sua criação, nos anos 1970, suprir a insuficiência das mediações de trabalho social na Igreja Católica e dos novos problemas que atingiam amplos setores da sociedade brasileira.

A história da participação das paróquias da Arquidiocese de Natal no cenário brasileiro teve origem antes da Proclamação da República, em 1889, e da separação da Igreja e do Estado, quando o Brasil contava apenas com 12 Dioceses. O Papa Leão XIII, procurando intensificar a presença da Igreja Católica no Brasil, estabeleceu uma divisão dessas dioceses em duas Províncias Eclesiásticas: a do Brasil-Norte, com sede em Salvador, e a do Brasil-Sul, com sede no Rio de Janeiro, e criou mais quatro novas Dioceses, entre elas a Diocese da Paraíba, da qual o Rio Grande do Norte passava a fazer parte.

Segundo Silva Filho¹⁹, após algumas constatações, percebeu-se que a igreja no Rio Grande do Norte já tinha maturidade para tornar-se uma Igreja Particular, independente da Igreja da Paraíba, pois o estado contava com 31 paróquias, a maior parte provida com padres norte-rio-grandenses. Então, em 29 de dezembro de 1909, foi criada a Diocese de Natal. Ainda de acordo com o historiador e seminarista Silva Filho²⁰, devido ao período de forte crescimento demográfico e pastoral no Rio Grande do Norte, os aumentos da extensão territorial da Diocese e do número de fiéis levaram à criação de duas Dioceses no interior do estado, a primeira na cidade de Mossoró (1934), na região oeste, e outra na de Caicó (1939), no sertão do Seridó Potiguar, e da Província Eclesiástica de Natal, elevando a Igreja de Natal ao grau de Arquidiocese.

O Estado do Rio Grande do Norte conta atualmente com 155 (cento e cinquenta e cinco) paróquias, assim distribuídas: a Diocese de Caicó é formada por 27 paróquias; a de Mossoró por 32 paróquias; e a Arquidiocese de Natal contempla um

¹⁹ SILVA FILHO, J. R. Arquidiocese de Natal. História da Arquidiocese de Natal. Disponível em: <<http://arquidiocesedenatal.org.br/especiais/historia>>. Acesso em: 23 dez. 2014.

²⁰ Idem.



total de 96 paróquias, conforme mostra a Tabela 01.

Tabela 01 - Quantidade de paróquias pertencentes ao Rio Grande do Norte

Diocese	Absoluto	Percentual
Metropolitana da Natal – Arquidiocese de Natal	96	61,94
Caicó	27	17,42
Mossoró	32	20,64
Total	155	100

Fonte: Site da Arquidiocese de Natal, 2015.

As Paróquias são comunidades que estão sob a administração de sua Diocese e dentro de seu limite territorial, frequentemente situadas em comunidades onde todos os católicos devem sustentar a sua Igreja paroquial local, e sua modificação compete exclusivamente ao Bispo diocesano. De acordo com o Código de Direito Canônico (cân. 515 § 1), a paróquia é uma determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao pároco como seu pastor próprio sob a autoridade do Bispo Diocesano. Neste estudo, não será vista a unidade eclesial paroquiana apenas como uma sede espiritual e de caridade, mas principalmente como uma empresa constituída e representada através de sua inscrição do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

Remetendo-se à legislação vigente, Soares²¹ afirma que “A Igreja deve manter um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, através de processo manual, mecanizado ou eletrônico”. O método de escrituração manual envolve a utilização de livros com pautas, que favorecem o registro dos fatos contábeis. Por sua vez, o método de escrituração realizada por sistema mecanizado permite que os lançamentos sejam digitados em forma de listagens.

O sistema de escrituração eletrônico é codificado numérica ou alfa numericamente, o que favorece a elaboração de planilhas²². A manutenção da escrituração contábil regular é obrigatória para todas as entidades, independente da natureza e do porte²³. Somente a escrituração contábil regular, que se constitui de forma

²¹ SOARES, A. L. C. Administração Financeira e Legislação Trabalhista para Igrejas. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

²² ARAÚJO, I. P. S. Introdução a Contabilidade: revista e atualizada. 3 ed. Salvador: Editora Saraiva, 2008.

²³ CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Aprova a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros. Resolução CFC Nr 1.409/12, CFC. Norma Brasileira Contabilidade – ITG 2000 (R1) / 05 de dezembro de 2014, Brasília, dez. 2014.



sintética no resumo das operações da empresa em determinado momento, dá o necessário respaldo às Demonstrações Contábeis²⁴.

Acredita-se que “os primeiros 'registros contábeis', que poderiam ser considerados como precursores da forma de contabilidade que a utilizamos, datam de mais de 3 mil anos a.C.”²⁵, e que as primeiras normas de escrituração contábil datam de 1494, quando o então frei Lucca Pacciolo, objetivando controlar, organizar, orientar e padronizar os processos administrativos, escreveu a sua *Summa de Arithimetica, Geometria, Proportioni et Proportionalita e o Trattatus* 11, propondo o método de partidas dobradas: “a cada débito corresponde um crédito ou vice e versa”²⁶.

A Resolução CFC Nº 1.409/12, que aprova a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, estabelece que os registros contábeis devem ser segregados de forma que permitam a apuração das informações para prestação de contas exigidas por entidades governamentais, aportadores, reguladores e usuários em geral. A contabilidade registra as movimentações mensuráveis monetariamente e, em seguida, resume-as para serem apresentadas em forma de relatórios contábeis passíveis de serem analisados por quem desejar conhecer a situação da empresa (MARION, 2009).

Nas capelas e paróquias, são realizados apenas movimentos financeiros. A contabilidade em si é centralizada na sede da Arquidiocese e compreende todos os movimentos das Paróquias, comunidades e da própria Arquidiocese. Esses controles financeiros são evidenciados no relatório, das entradas e saídas de caixa, que é apresentado como prestação de contas à comunidade e entregue ao Departamento de Contabilidade da Arquidiocese para o devido processamento do Livro Diário.

Segundo Crepaldi²⁷, os livros auxiliares ou facultativos são considerados necessários ao bom funcionamento empresarial, embora não sejam obrigatórios (como os nomes já sugerem). Entretanto, a ITG 2000 (R1) estabelece que, uma vez adotada a escrituração nos livros auxiliares, deverão ser obedecidos os preceitos gerais da escrituração contábil.

A contabilidade nasceu da necessidade de controle das operações da entidade, e seu objetivo de fornecer informações estava focado no provimento de informações que servissem aos proprietários^{28 29}. O objetivo da contabilidade não se

²⁴ COSTA O. P. Análise das Demonstrações Contábeis – Material Didático. Universidade Católica de Goiás, 2004.

²⁵ SANTOS, A. dos. Demonstração do Valor Adicionado. São Paulo: Atlas, 2003.

²⁶ CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Aprova a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros. Resolução CFC Nr 1.409/12, CFC. Norma Brasileira Contabilidade – ITG 2000 (R1) / 05 de dezembro de 2014, Brasília, dez. 2014.

²⁷ CREPALDI, S. A. Curso Básico de Contabilidade: Resumo da Teoria Atendendo às Novas Demandas da Gestão Empresarial, Exercícios e Questões com respostas. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

²⁸ PADOVEZE, C. L. Sistema de Informações Contábeis: Fundamentos e Análise. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

²⁹ PEREZ JUNIOR, J. H.; BEGALLI, G. A. Elaboração das Demonstrações Contábeis. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.



resume à geração de informações a um grupo específico de usuários, mas à produção de informações úteis a diversos interessados. Segundo a estrutura conceitual do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, as demonstrações contábeis objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários.

Corroborando a relevância da informação contábil, Perez Junior e Begalli³⁰ preconizam que “A contabilidade deve ser vista como um sistema de informações, cujo método de trabalho consiste, simplificada, em coletar, processar e transmitir dados sobre a situação econômico-financeira de uma entidade em determinado momento [...]”. Esse pensamento remete claramente à definição utilizada por Iudícibus et al³¹:

A contabilidade, na qualidade de ciência aplicada, com metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja este pessoa física, entidade de finalidades não lucrativas, empresas, seja mesmo pessoa de direito privado público [...].

Araújo³² destaca a importância da contabilidade do Terceiro Setor quando se refere ao papel dos profissionais contábeis na prestação das melhores e mais completas informações sobre as receitas e os gastos aplicados nas atividades de interesse público. As organizações do Terceiro Setor, por meio das ações de transparência, reportam mais confiança aos seus doadores³³.

A contabilidade das paróquias pertencentes à Arquidiocese de Natal é realizada de forma centralizada, ou seja, o departamento contábil da Cúria Metropolitana concentra em seu poder as práticas contábeis de todas as suas filiais. Entretanto, os responsáveis financeiros das paróquias são instruídos a respeito dos procedimentos a serem adotados para um correto registro das entradas e saídas, a guarda de documentos e o controle da atividade, a fim de que, ao final de cada mês, seja elaborada

³⁰ Idem.

³¹ IUDÍCIBUS et al. - Equipe FEA/USP. Contabilidade introdutória. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

³² ARAÚJO, G. F. Contabilidade: a obrigatoriedade da contabilidade para as Entidades do Terceiro Setor – Aula 01. Escola Aberta do Terceiro Setor. Agente do Terceiro Setor, Disponível em: <www.escolaaberta3setor.org.br>. Acesso em: 09 dez. 2014.

³³ BERNARDO, J. J. Controle Financeiro: métodos utilizados por uma organização religiosa. Monografia apresentada ao curso de ciências contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/120557/294077.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 16 maio 2014.



uma prestação de contas da movimentação financeira paroquial.

A contabilidade centralizada compreende o movimento contábil da SEDE da Diocese e de todas as PARÓQUIAS (matriz e suas capelas), que farão seu movimento de caixa e de toda a documentação de bancos (avisos de débitos e créditos, extratos de conta corrente, poupanças, e aplicações), devendo entregá-los, mensalmente, à Mitra Diocesana para o devido processamento e emissão do livro diário, conforme determina a legislação do Imposto de Renda³⁴.

Para Araújo³⁵, as informações contidas nas prestações de contas das entidades, com ou sem finalidades lucrativas, devem ser compreendidas por seus usuários. Ou seja, o receptor deve ter acesso a uma informação clara e objetiva. Esta deve servir de apoio para uma correta tomada de decisão, sendo confiável ao ponto do usuário aceitá-la com segurança; ser tempestiva à sua utilização, devendo estar disponível ao usuário em tempo hábil para sua finalidade; e ser passível de comparação, ter poder de apresentar a evolução informacional ao longo do tempo, quer seja na própria ou em diversas entidades.

A prestação de contas também é contemplada na visão eclesiástica católica, e, segundo o Direito Canônico, os administradores devem prestar contas aos fiéis de suas ofertas à igreja (cân. 1287 § 2). De acordo com Pereira³⁶, para melhores gerenciamento e administração, as paróquias, ao prestarem contas das suas arrecadações, deverão fazê-lo de maneira mais adequada à realidade da comunidade, seja por meio de boletins informativos, de avisos na missa ou em murais na igreja, pois, segundo o autor, “os fiéis que colaboram desejam saber o destino de suas contribuições”.

Para França³⁷, há uma necessidade de se prestar contas dos recursos colocados à disposição da organização religiosa pelo fato de esse contexto envolver relações entre doadores e gestores. Os estudos de Assis, Mello e Slomski³⁸ concluem que a prestação de contas proporciona uma visão mais transparente da entidade, e, dessa forma, os doadores, ao sentirem mais confiantes em relação à boa imagem da

³⁴ CNBB. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Manual de Procedimentos Administrativos. Brasília: Edições CNBB, 2010.

³⁵ ARAÚJO, O. C. Contabilidade para Organizações do Terceiro Setor. São Paulo: Atlas, 2009.

³⁶ PEREIRA, J. C. Guia de gerenciamento e administração paroquial. São Paulo: Paulus, 2008.

³⁷ FRANÇA, R. D. de. Sistemas de controle no terceiro setor: um estudo exploratório das igrejas Batistas da grande João Pessoa – PB. João Pessoa, 2007. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Multi-institucional e Interregional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFPE/UFRN.

³⁸ ASSIS, M. S. de; MELLO, G. R. de; SLOMSKI, V. Transparência nas Entidades do Terceiro Setor: A Demonstração do Resultado Econômico como Instrumento de Mensuração de Desempenho. Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade vol. 3. 2006. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos32006/149.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2014.



instituição, contribuirão para a sustentabilidade da organização através das doações de recursos.

A escrituração, os princípios, a transparência, a submissão às normas, a qualidade nos serviços e a ética profissional são os pilares que constituem a essência contábil. Conforme afirmam Schnorr et al.³⁹, “[...] quanto mais completos e transparentes forem os registros da contabilidade, mais eficientes serão os diagnósticos, as conclusões, as causas [...]”.

A ITG 2000 (R1) estabelece critérios e procedimentos que devem ser adotados por todas as entidades, independentemente da natureza e do porte, para a escrituração contábil de seus fatos patrimoniais. Nessa interpretação, não está estabelecido seu nível de detalhamento, entretanto, o relatório deve estar alinhado às necessidades de informação de seus usuários e deve ser diretamente proporcional à complexidade das operações da entidade, desde que seja utilizada uma terminologia que expresse a essência econômica da transação.

Ainda de acordo com ITG 2000 (R1), a escrituração contábil deve ser executada: em idioma e em moeda corrente nacionais; em forma contábil; em ordem cronológica de dia, mês e ano; com ausência de espaços em branco, entrelinhas, borrões, rasuras ou emendas; e com base em documentos de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos contábeis. Deve também conter, no mínimo: data do registro contábil, ou seja, a data em que o fato contábil ocorreu; conta devedora; conta credora; histórico que represente a essência econômica da transação ou o código de histórico padronizado, nesse caso, baseado em tabela auxiliar inclusa em livro próprio; valor do registro contábil; e informação que permita identificar, de forma unívoca, todos os registros que integram um mesmo lançamento contábil.

Para Chagas et al.⁴⁰, entre as principais necessidades das organizações sem fins lucrativos estão a prestação de contas e a evidenciação das informações contábeis. É através dos meios utilizados pela contabilidade que as entidades reconhecem, mensuram e evidenciam seus recursos, demonstrando aos seus usuários seu desempenho. Ainda segundo esses autores, a contabilidade colabora para o desenvolvimento das instituições sem fins lucrativos por meio da transparência e da *accountability*.

2 METODOLOGIA

³⁹ SCHNORR, P. W.; et al. Escrituração contábil simplificada para micro e pequena empresa. Brasília: CFC Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

⁴⁰ CHAGAS, M. J. R.; LUZ, J. R. M.; CAVALCANTE, P. R. N.; QUEIROZ, D. B. Publicações acadêmicas de pesquisas em contabilidade sobre terceiro setor no Brasil: análise do período de 2007 a 2009. XVII Congresso Brasileiro de Custos – Belo Horizonte, MG, Brasil, 03 a 05 de novembro de 2010.



Em relação aos procedimentos utilizados, a pesquisa é de natureza bibliográfica, pois utiliza de referências em artigos, legislações e monografias que tratam do tema deste trabalho, baseando-se em Gil⁴¹. Este entendimento foi constituído principalmente de livros e artigos científicos e de pesquisa documental, através dos relatórios contábeis de prestação de contas das paróquias da Arquidiocese de Natal.

O enfoque peculiar dado neste estudo caracteriza-o, quanto ao seu objetivo, como pesquisa exploratória, sendo seu objeto de aplicação as organizações do Terceiro Setor, mais precisamente, as instituições religiosas católicas, sob o enfoque da contabilidade.

Pesquisa Exploratória é realizada sobre problema ou questão de pesquisa quando há pouco ou nenhum estudo anterior. O objetivo desse tipo de estudo é o de procurar padrões, ideias ou hipóteses, em vez de testar hipóteses ou confirmar uma hipótese⁴².

Quanto aos objetivos, a forma de pesquisa será descritiva com abordagem quantitativa e qualitativa, tendo como universo as instituições religiosas católicas e como amostra as paróquias da arquidiocese de Natal. Segundo Vergara⁴³ a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou fenômeno, podendo estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza.

Este estudo se limitou às paróquias que formam a Arquidiocese Metropolitana de Natal por estas representarem uma amostra significativa dentro do universo das Igrejas de religião católica do Rio Grande do Norte, 61,94% das paróquias do estado, como também por estarem dentro do limite de acessibilidade para recolhimento dos dados a serem trabalhados na pesquisa. Portanto, a amostra é não probabilística por acessibilidade ou por conveniência.

Na busca pelo acesso às informações das organizações religiosas que nortearam os resultados deste estudo, foi utilizado o site da Arquidiocese de Natal (<http://www.arquidiocesedenatal.org.br/>) e realizada visita in loco ao departamento de contabilidade da Cúria Metropolitana.

Os dados coletados diretamente no departamento de contabilidade, centralizada da Igreja Matriz, são compostos por 174 demonstrativos de prestação de contas, sendo 87 do mês de janeiro de 2013 e 87 do mês de janeiro de 2014.

Este estudo fez uso da estatística descritiva na análise dos dados

⁴¹ GIL, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas.

⁴² COELHO, P. S; SILVA, R. N. S. da. Um Estudo Exploratório sobre as Metodologias Empregadas em Pesquisas na Área de Contabilidade no EnANPAD. Revista Contemporânea de Contabilidade. a. 04 v. 01 n. 08, jul./dez. 2007 p. 139-159.

⁴³ VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2014.



coletados, que foram organizados e apresentados de forma que possibilite, após a fase da análise, a geração de informações relevantes acerca da pesquisa.

Os dados dos 174 documentos de prestação de contas foram tabulados utilizando-se o software Excel e dispostos em tabelas em que as variáveis analisadas seguiam o padrão para o reconhecimento de resultado estabelecido, em que o valor 0 (zero) representa as respostas de caráter negativo, ou seja, em que a variável analisada não foi observada nos demonstrativos de prestação de contas das paróquias, e o valor 1 (um) representa as respostas em que as variáveis foram observadas na análise, portanto as de cunho

afirmativo:

Ou seja:

0 = negação da variável analisada

1 = afirmação da variável analisada

Após a tabulação dos dados, foi calculada a média dos resultados obtidos, através da soma de todos dos valores obtidos como resposta de cada variável analisada, e posterior divisão pelo número de paróquias pertencentes ao estudo, seguindo a fórmula:

$$\bar{X} = \frac{\sum x}{n}$$

Onde:

$\sum x$ = soma de todos os resultados obtidos

n = número de paróquias pertencentes ao estudo

$\bar{X}$ = média aritmética

A moda estatística também foi evidenciada identificando qual das variáveis foi mais frequente em cada distribuição. Nesse caso, a identificação dessa medida de posição contribui para a verificação da resposta obtida na análise dos dados. Os resultados das médias e modas das variáveis foram confrontados considerando o espaço de tempo de antes e depois das análises individuais. E esse procedimento se deu pela análise das diferenças entre as médias, que consistiu em comparar os resultados de janeiro de 2013 com os de janeiro de 2014.



Após os cálculos estatísticos, serão expostos os dados coletados e apresentadas as conclusões plausíveis a partir da análise documental e do cruzamento das informações obtidas por meio do estudo.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise foi realizada em três etapas: a primeira, nos demonstrativos do primeiro semestre de 2013; a segunda, nos do primeiro semestre de 2014; e, por último, uma análise comparativa dos anos pesquisados.

Não houve controle sobre as variáveis estudadas. Elas retratam as observações ocorridas em seu ambiente natural, ou seja, os documentos coletados demonstram como são escrituradas as prestações de contas dos livros auxiliares de caixa nas paróquias.

Conforme constatado junto ao departamento de contabilidade central, as entidades analisadas elaboram e prestam contas das suas movimentações financeiras mensalmente, à Cúria Metropolitana. A Tabela 02 mostra os dados relativos à “Forma como a escrituração contábil deve ser executada”.

Tabela 02 – A escrituração contábil deve ser executada

Variáveis analisadas	Ano	Média	Moda
Em idioma e em moeda corrente nacionais	2013	1	1
	2014	1	1
Em forma contábil	2013	0,54	1
	2014	0,57	1
Em ordem cronológica de dia, mês e ano	2013	0,15	0
	2014	0,18	0



Com a ausência de espaços em branco, entrelinhas, borrões, rasuras ou emendas	201 3	0.60	0
	201 4	0,71	0

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à forma de a escrituração ser executada em idioma e em moeda corrente nacionais, foi observado que 100% dos demonstrativos elaborados pelas paróquias participantes da amostra cumpriam o estabelecido no normativo contábil. Partindo do pressuposto de que os lançamentos contábeis devam ser executados segundo as partidas dobradas que apresentem, no mínimo, uma conta devedora e outra credora correspondente e que lançamentos feitos em tabelas informativas não contemplam essa essência contábil, pode-se inferir, baseado na análise que procurou verificar se a escrituração dos lançamentos é realizada sob a forma contábil, que apenas cerca de 55% das prestações de contas fazem essa correspondência entre os lançamentos a crédito e os a débito. Isto foi constatado pelo fato de algumas das prestações de contas não serem realizadas em livros auxiliares de caixa e, sim, em tabelas informativas de receitas e despesas.

Em mais de 80% das prestações de contas, os lançamentos contábeis não são registrados respeitando-se a ordem cronológica de dia, mês e ano. A variável “ausência de espaços em branco, entrelinhas, borrões, rasuras ou emendas” sofreu um acréscimo de 18,33% de ocorrências no período analisado, o que, diante das informações colhidas, reflete um déficit na forma como a escrituração é realizada.

Dos critérios e procedimentos que devem ser adotados pela entidade para a escrituração contábil, o exposto 5 “e” da Resolução CFC Nr 1.330/11 - ITG 2000 – Escrituração Contábil, que trata sobre a forma como a escrituração deva ser executada (“com base em documentos de origem externa ou interna ou, na sua falta,

em elementos que comprovem ou evidenciem fatos contábeis”), não pode ser observado neste estudo, devido à falta de acesso aos documentos comprobatórios dos lançamentos registrados nas prestações de contas das paróquias. A Tabela 03 mostra os dados relativos à estrutura mínima da escrituração contábil.

Tabela 03 – Estrutura mínima da escrituração contábil

Variáveis analisadas	Ano	Média	Moda
----------------------	-----	-------	------



Data do registro contábil	2013	0,22	0
	2014	0,24	0
Conta devedora	2013	0,98	1
	2014	1	1
Conta credora	2013	0,98	1
	2014	1	1
Histórico que represente a essência econômica da transação ou código de histórico padronizado	2013	0,40	0
	2014	0,40	0
Valor do registro contábil	2013	1	1
	2014	1	1
Informação que permita identificar, de forma unívoca, todos os registros que integram um mesmo lançamento contábil	2013	0,25	0
	2014	0,24	0

Fonte: Dados da pesquisa.

Seguindo o resultado da variável que observou o lançamento dos registros contábeis obedientes à ordem cronológica de dia, mês e ano, esta pesquisa constatou que apenas 23% das instituições religiosas escrituram seus lançamentos contábeis apresentando a data em que estes ocorreram, sendo que, desse total, 78% obedecem ao estabelecido na resolução nas duas formas, ou seja, escrituram os lançamentos com suas datas expostas em ordem cronológica.

Apesar de não haver uma uniformidade utilizada para identificar a origem e a aplicação de recursos das organizações estudadas, as prestações de contas



apresentam colunas utilizando nomenclaturas como: “receita e despesa”, “entrada e saída” ou, ainda, “débito e crédito”. Este estudo considerou a essência do lançamento e constatou que praticamente a totalidade das paróquias faz a separação entre o que é origem e o que é aplicação de recurso.

O histórico apresentado nas prestações de contas não reflete a essência econômica da transação em 40% dos demonstrativos analisados. Observou-se, ainda, que algumas paróquias utilizam uma sequência de códigos que não permite identificar a relação entre o código e a verdadeira essência do lançamento. Além dessa fragilidade apontada, esta pesquisa tem por referencial a uniformidade das nomenclaturas utilizadas no plano de contas da matriz, e isto inclui a adoção de um mesmo código de histórico padronizado para todas as organizações da pesquisa.

Não há, nas prestações de contas, a ausência dos valores dos registros contábeis, e todo lançamento apresenta o seu respectivo valor em moeda nacional.

A análise procurou, então, investigar se os lançamentos eram revestidos de informação que permitissem identificar, de forma unívoca, todos os registros que integram um mesmo lançamento contábil. Verificou-se que aproximadamente 75% das paróquias não apresentam um agrupamento das contas de maneira que possibilite identificar qual o subgrupo contemplado pelos referidos lançamentos.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa baseou-se na prestação de contas como atributo para o acesso à informação útil, sendo utilizada na elaboração dos relatórios contábeis obrigatórios e na evidenciação voluntária aos usuários que por ela tiverem interesse.

Analisando a forma de execução dos registros contábeis, procurou-se observar se sua apresentação satisfaz às necessidades do usuário interno, à contabilidade centralizada da Arquidiocese de Natal, e às do usuário externo, a comunidade paroquial.

São as secretarias paroquiais que realizam os controles e o gerenciamento das entradas e saídas de recursos, entretanto os profissionais que exercem essa função não são, necessariamente, habilitados para a execução das práticas contábeis. De acordo com relatos, colhidos tanto no departamento de contabilidade central como em algumas paróquias visitadas, os responsáveis por esses controles apresentam resistência em utilizar as normas contábeis por não compreenderem que, ao escriturarem as movimentações financeiras sob a forma contábil, possibilitam a geração de informações úteis tanto para a correta elaboração dos demonstrativos pela contabilidade central quanto para que qualquer interessado tenha condições de visualizar onde os recursos foram aplicados.



A partir dos resultados analisados, aqui se apresenta considerações a respeito da análise das prestações de contas das paróquias da Arquidiocese de Natal/RN, dos meses de janeiro de 2013 e janeiro de 2014, cujo objetivo foi o de analisar se as prestações de contas apresentadas por essas organizações estavam estruturadas de acordo com a Resolução CFC nº 1.330/11 – Interpretação Técnica Geral - ITG 2000 (R1) – Escrituração contábil, respondendo qual o *accountability* apresentado pelas paróquias da Arquidiocese de Natal/RN.

Pode-se concluir que os objetivos deste estudo foram alcançados, visto que a análise evidenciou os seguintes resultados: a forma como a escrituração contábil foi realizada nos anos de 2013 e de 2014, demonstrou a não observância ao estabelecido na ITG 2000 (R1); e não houve uma evolução significativa, dentro do período analisado, na maneira como essas organizações realizam seus lançamentos contábeis.

Portanto, as instituições religiosas não estão em conformidade com a norma de escrituração contábil, visto que os registros foram lançados sem atender à maioria dos critérios e procedimentos estabelecidos pela norma para a escrituração dos registros contábeis.

Assim, percebeu-se o baixo nível de *accountability* apresentado pelas paróquias da Arquidiocese de Natal/RN, não concordado com a pesquisa de Mattiello *et al.* (2016), em uma Igreja de São Paulo, que constatou uma prestação de contas (*accountability*) ótima, transparente e com credibilidade a nível técnico contábil.

Portanto, cabe ressaltar que, apesar de em Natal/RN não seguirem o estabelecido nas normas contábeis, as paróquias estudadas registram, evidenciam e controlam suas movimentações financeiras de caixa. Ou seja, o que esta pesquisa observou é que esta é uma prática corrente nas paróquias, porém não está de acordo com o estabelecido na ITG 2000 (R1).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, G. F. Contabilidade: a obrigatoriedade da contabilidade para as Entidades do Terceiro Setor – Aula 01. Escola Aberta do Terceiro Setor. Agente do Terceiro Setor, Disponível em: <www.escolaaberta3setor.org.br>. Acesso em: 09 dez. 2014.

ARAÚJO, I. P. S. Introdução a Contabilidade: revista e atualizada. 3 ed. Salvador: Editora Saraiva, 2008.

ARAÚJO, O. C. Contabilidade para Organizações do Terceiro Setor. São Paulo: Atlas, 2009.

ASSIS, M. S. de; MELLO, G. R. de; SLOMSKI, V. Transparência nas Entidades do



Terceiro Setor: A Demonstração do Resultado Econômico como Instrumento de Mensuração de Desempenho. Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade vol. 3. 2006. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos32006/149.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

BERNARDO, J. J. Controle Financeiro: métodos utilizados por uma organização religiosa. Monografia apresentada ao curso de ciências contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/120557/294077.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 16 maio 2014.

CARNEIRO, A. F.; OLIVEIRA, D. L.; TORRES, L.C. Accountability e Prestação de Contas das Organizações do Terceiro Setor: Uma Abordagem à Relevância da Contabilidade. Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jul/dez 2011. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufrj/article/viewFile/1206/1142>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Aprova a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros. Resolução CFC Nr 1.409/12, CFC. Norma Brasileira Contabilidade – ITG 2000 (R1) / 05 de dezembro de 2014, Brasília, dez. 2014.

_____. Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade. 3. ed. Brasília: CFC, 2008.

CHAGAS, M. J. R.; LUZ, J. R. M.; CAVALCANTE, P. R. N.; QUEIROZ, D. B. Publicações acadêmicas de pesquisas em contabilidade sobre terceiro setor no Brasil: análise do período de 2007 a 2009. XVII Congresso Brasileiro de Custos – Belo Horizonte, MG, Brasil, 03 a 05 de novembro de 2010.

CNBB. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Manual de Procedimentos Administrativos. Brasília: Edições CNBB, 2010.

_____. A Missão da Pastoral Social. Brasília, Edições CNBB. 2008. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/component/docman/doc_view/1082-a-missao-da-pastoral-social>. Acesso em: 25 dez 2014.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Promulgado por S.S. o Papa João Paulo II. Versão portuguesa: Copyright by Conferência Episcopal Portuguesa, Lisboa, 1983. 4a ed. revista. Editorial Apostolado da Oração – Braga. ISBN 978-972-39-0098-9; Dep. Legal no 74.071/95.

COELHO, P. S.; SILVA, R. N. S. da. Um Estudo Exploratório sobre as Metodologias Empregadas em Pesquisas na Área de Contabilidade no EnANPAD. Revista Contemporânea de Contabilidade. a. 04 v. 01 n. 08, jul./dez. 2007 p. 139-159.

COLOMBELLI. C.; MURARO, M.; SANTOS, S. R. T. O impacto da lei No 12.101/2009 na apresentação das demonstrações contábeis das Apaes/RS. Teoria e Evidência Econômica - Ano 18, n. 38, p. 121-143, jan./jun. 2012.

COSTA O. P. Análise das Demonstrações Contábeis – Material Didático. Universidade Católica de Goiás, 2004.



CRCPR. CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ. Práticas contábeis aplicadas: às PME, ME, EPP e entidades sem fins lucrativos. Curitiba: CRCPR, 2013. Disponível em: <http://www.crcpr.org.br/new/content/download/2014_02_05_praticas_contabeis_pme.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2014.

CREPALDI, S. A. Curso Básico de Contabilidade: Resumo da Teoria Atendendo às Novas Demandas da Gestão Empresarial, Exercícios e Questões com respostas. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

DECRETO Nr 7.107, de 11 de fevereiro de 2010. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008.

DRUCKER, P. F. Administração de Organizações sem Fins Lucrativos: princípios e práticas. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

EBSEN, K. S.; LAFFIN M. Terceiro Setor e Contabilidade: compilações de uma pesquisa. Revista Contemporânea de Contabilidade. a. 01 v. 01 n. 01 jan./jun. 2004 p. 11-28.

FALCONER, A. P. A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

FONSECA, L. V. O Estado, o Terceiro Setor e o Mercado: uma tríade complexa. In. XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiás: CFC, 2000.

FRANÇA, R. D. de. Sistemas de controle no terceiro setor: um estudo exploratório das igrejas Batistas da grande João Pessoa – PB. João Pessoa, 2007. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Multi-institucional e Interregional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFPE/UFRN.

GIL, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.

IPB. Instituto Pro Bono: responsabilidade social no direito. Manual do Terceiro Setor. Disponível em: <<http://www.probono.org.br/arquivos/file/manualterceirosetor.pdf>> Acesso em: 05 de nov. 2014.

IUDÍCIBUS et al. - Equipe FEA/USP. Contabilidade introdutória. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LENGLER, F. R.; CRUZ, R. L. C.; JACOBSEN, A. L. Captação de Recursos pelo Terceiro Setor: a Importância de um Intermediário como Canal de Comunicação entre Doador e Tomador. Vianna Sapiens, Juiz de Fora v. 1 n. 1. Abr. 2010. ISSN 2177 3726.

LIMA et al., 2012. Aspectos qualitativos da informação contábil: uma revisão analítica acerca da qualidade informacional introduzida a partir dos normativos contábeis estabelecidos pelo CPC, IASB E FASB. GETEC, v. 2, n. 4, p. 01-24/2012.



MARION, J. C. Contabilidade básica. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATTIELLO, K. et al. A percepção dos membros de uma igreja da região Sudoeste do Estado de São Paulo sobre a prestação de contas. Congresso Internacional de Administração. 2016. Natal, RN.

OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. do. Contabilidade para Entidades sem Fins Lucrativos (Terceiro setor). 3 ed. São Paulo, Atlas, 2010.

OLIVEIRA, A.; ROMÃO, V. Manual do terceiro setor e instituições religiosas: trabalhista, previdenciária, contábil e fiscal. São Paulo: Atlas, 2006.

PADOVEZE, C. L. Sistema de Informações Contábeis: Fundamentos e Análise. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PEREIRA, J. C. Guia de gerenciamento e administração paroquial. São Paulo: Paulus, 2008.

PEREZ JUNIOR, J. H.; BEGALLI, G. A. Elaboração das Demonstrações Contábeis. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RAMOS, G. C. Terceiro Setor: a construção de uma economia da solidariedade. Revista Gerenciais. São Paulo, v. 2, p. 105-111. Setembro, 2003.

ROCHAEL, D. Organizações do terceiro setor: uma abordagem comparativa de critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidenciação brasileiros, estadunidenses e internacionais. Brasília, 2009. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Multi- institucional e Interregional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFRN.

SANTOS, A. dos. Demonstração do Valor Adicionado. São Paulo: Atlas, 2003.

SCHNORR, P. W.; et al. Escrituração contábil simplificada para micro e pequena empresa. Brasília: CFC Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

SILVA FILHO, J. R. Arquidiocese de Natal. História da Arquidiocese de Natal. Disponível em: <<http://arquidiocesedenatal.org.br/especiais/historia>>. Acesso em: 23 dez. 2014.

SOARES, A. L. C. Administração Financeira e Legislação Trabalhista para Igrejas. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 15.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

